

# Nas malhas da inconstância: a sociologia como opção de formação profissional no Brasil

Valdir Aragão do Nascimento<sup>1</sup>

## Resumo

Na sociedade brasileira existe um consenso de que a escolha de algumas profissões – que exigem formação universitária – constituem um erro, visto que a formação nessas áreas deixaria as pessoas à mercê de dificuldades quanto à alocação no mercado de trabalho e à retribuição pecuniária. Essas representações permeiam o tecido social, e têm, na sua maioria, a sociologia como exemplo por excelência. O artigo tem por objetivo abordar algumas questões referentes à escolha da profissão de sociólogo no Brasil, buscando entender e responder as seguintes questões: como as escolhas quanto ao futuro profissional são feitas pelas novas gerações? Quais os motivos que as determinam e/ou condicionam? Como o mercado de trabalho influencia nessas escolhas? Como o capitalismo e a sociedade de consumo contribuem para essas escolhas? Para dar resposta a essas questões, ainda que provisórias, adotou-se a pesquisa qualitativa como método. Para a obtenção do material bibliográfico e documental a estratégia metodológica empregada foi a pesquisa bibliográfica e documental, na qual foram utilizadas as plataformas de busca *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Scholar. As buscas nas plataformas mencionadas foram realizadas utilizando as seguintes palavras-chave: sociologia e profissão; a profissão de sociólogo no Brasil; vocação profissional; a escolha da profissão entre jovens estudantes. Desse modo, teses, dissertações, artigos acadêmicos, trabalhos de conclusão de curso e entrevistas/depoimentos de especialistas em educação – extraídos de publicações de diversas mídias – compõem a matéria-prima que embasam as conclusões aduzidas neste estudo. Conclui-se, ao final deste trabalho de revisão, que a sociologia não é uma das formações profissionais consideradas viáveis pelas novas gerações no Brasil, isso porque não detém prestígio social, não apresenta possibilidades de ascensão econômica e não oferece condições condignas relativas à realização de suas atividades laborais.

Palavras-Chave: Escolha Profissional; Ensino Médio; A profissão de sociólogo no Brasil; Mercado de trabalho.

## 1. Introdução

No que diz respeito à organização social das sociedades humanas antes do surgimento da industrialização, iniciada na segunda metade do século XVIII, notadamente a partir do prisma da subsistência, os esforços eram dirigidos para atividades como agricultura e comércio, nas quais as famílias constituíam seus próprios grupos profissionais, não existindo nesse contexto a necessidade de escolha de atividades laborais especializadas por parte dos membros das novas gerações.

Com a emergência do modo de produção capitalista, o mundo do trabalho sofreu uma drástica transformação, o que forçou a mudança das atividades laborais da esfera privada para a pública. É no cerne dessa nova conjuntura social que surge o trabalho assalariado, cuja intensidade das dinâmicas processuais remodela de forma contundente a estrutura econômico-familiar da época. Alteram-se também, nesse período, as relações da família com o mundo do trabalho, marcado agora pela impessoalidade e pela competitividade (DURKHEIM, 1984).

<sup>1</sup> Doutorando em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste PPGSD/UFMS. Mestre em Antropologia pelo PPGAnt/UFMS e bacharel em Ciências Sociais pela UFMS. E-mail: [33valdir@gmail.com](mailto:33valdir@gmail.com)

Com a Revolução Industrial, e o conseqüente surgimento de maquinários diversos para promover o aumento da produtividade, emergiu a possibilidade de escolha profissional para além das atividades laborais praticadas pelas corporações de ofício. Assim, com a implementação definitiva do modo de produção capitalista, a escolha profissional adquire uma maior relevância no mundo do trabalho, fato que até então não se verificava, visto que as novas gerações se limitavam, por falta de opção, a seguir o ofício do seu grupo familiar (BOCK, 2006).

Atualmente, existe uma gama variada de atividades laborais, nem todas ainda catalogadas como profissão; mas que já fazem parte da realidade do mundo do trabalho em todo o mundo. Assim, enquanto muitas profissões estão nascendo outras tantas deixaram – e deixam – de ser praticadas. Na busca por uma colocação no mundo do trabalho que, de preferência, atenda aos anseios dos jovens, as profissões são escolhidas em razão de diversos fatores, tendo na contrapartida pecuniária o fator por excelência. Nesse contexto, as profissões com maior probabilidade de ganhos econômicos e empregabilidade são as que mais interessam aos jovens (OECD, 2019).

Nesse cenário, a profissão de professor não é uma das mais benquistas pelos jovens brasileiros, haja vista as muitas dificuldades por que passa a educação no Brasil: baixos salários, infraestrutura precária nas escolas, pouco – ou nenhum – prestígio e reconhecimento social em relação à profissão e a falta de incentivos à carreira são os problemas mais frequentes (ARAÚJO; PURIFICAÇÃO, 2021). No caso da Sociologia, somam-se o menor quantitativo de horas-aula, como observado por Bodart (2018), e a perseguição ideológica de governos autoritários, neofascistas<sup>2</sup> e neoliberais às ciências, principalmente àquelas nas quais veem algum tipo de perigo aos seus propósitos (SENA JÚNIOR, 2019).

Sabe-se que, depois da conclusão do ensino médio, a escolha da profissão é uma das preocupações mais presentes no cotidiano de jovens em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. Muitas são as dúvidas a respeito de que área do conhecimento seguir, pesando sobre a decisão fatores relacionados a status social da profissão, possibilidade de ganhos econômicos, colocação no mercado de trabalho, dentre outros. Desse modo, as profissões são escolhidas tendo estes fatores como condicionantes principais. Nessa conjuntura, a pressão familiar também exerce influência na escolha, tendo na melhor possibilidade de empregabilidade e altos salários as justificativas mais utilizadas (SANTOS, 2005).

---

<sup>2</sup> Sobre o neofascismo, veja: TRAVERSO, Enzo. *The new fasces of fascism*. Londres: Verso, 2019; MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofascismo — é lo mismo pero no é igual?. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p. 121-126.

Para Giddens (2002), essas escolhas refletem, notadamente nas classes médias e altas, mais que a mera opção por uma profissão, simbolizando na verdade a escolha por um determinado estilo de vida. Nesse sentido, as escolhas se atêm mais aos aspectos econômicos do que à vocação profissional, indicando que a seleção desta ou daquela atividade profissional na atualidade está indissociavelmente atrelada às possibilidades de acesso (reais ou imaginadas) e à manutenção de formas específicas de consumo.

Contudo, o desejo de consumo não se restringe aos bens materiais em si mesmos, pelas funcionalidades práticas a eles inerentes; esse desejo é também simbólico na medida que o acesso a bens de consumo materiais e imateriais – mediado pelo poder econômico – funciona como elemento capaz de gerar distinção social entre os indivíduos, isto ocorre porque, conforme Abreu (2015, p. 844), que analisa a questão a partir da perspectiva bourdiesiana, “As diferenças econômicas são ampliadas pelas distinções simbólicas no consumo dos bens, ou seja, a transformação de bens de consumo em signos, privilegiando a maneira ou a forma da ação ou do objeto em vez da sua função.” É nesse contexto que as escolhas profissionais são pensadas, tendo como ponto convergente as possibilidades de acessar bens de consumo que possam – direta ou indiretamente – promover a distinção desejada.

É nesse cenário de escolhas que a Sociologia se localiza como opção, apresentando pouca procura por parte dos estudantes de ensino médio no Brasil. Mas por que isso ocorre? Por que a profissão de sociólogo não é uma das opções mais procuradas pelas novas gerações? Quais os fatores que estão envolvidos nesse processo? Essas são algumas das questões que este artigo buscou responder.

## **2. A Sociologia nos currículos escolares**

No que tange às oportunidades de trabalho para formados em Ciências Sociais/Sociologia no Brasil, a educação, tanto no ensino básico quanto no superior, tem se apresentado como uma opção desde a década de 1930. Contudo, os processos de inclusão/exclusão da disciplina dos currículos escolares têm sido permeados por fatores os mais complexos possíveis, desde socioeconômicos até os ideológicos (CORRÊA, 1996).

Conforme Moraes (2011), foi somente no século XIX que a Sociologia emergiu pela primeira vez no cenário da educação brasileira, quando Rui Barbosa – no contexto da renovação dos currículos nacionais – sugeriu sua inclusão nas reformas educacionais defendidas por Benjamin Constant em 1891 – propostas de reforma que, diga-se de passagem, não obtiveram êxito. Para Corrêa (1996), muito da recusa da disciplina se deu em razão do

teor positivista da proposta de Benjamin Constant que, influenciada pelas ideias de Auguste Comte (1798-1857), preconizava a primazia da Sociologia em detrimento das outras áreas do saber.

A Sociologia somente se constituiu como disciplina nas décadas de 1920 e 1930, tributária das reformas em curso nesse período: Reforma Rocha Vaz (1925) e a Reforma Francisco Campos (1931). Nesse contexto, o ano de 1928 ficou marcado – na história da disciplina no país – como a data da criação da primeira “Cátedra de Sociologia” no Brasil, mais especificamente na escola normal do estado de Pernambuco. O feito foi realizado por Carneiro Leão, quando ocupava o cargo de diretor da Instituição Pública, e a escola em questão teve como docente de sociologia Gilberto Freyre, reconhecido como o primeiro professor da disciplina no país (CORRÊA, 1996; MORAES, 2011).

A propósito dessa estreia da Sociologia no cenário educacional brasileiro, Meucci (2011) traz à baila uma informação curiosa: a inserção dessa disciplina na escola básica precedeu à instalação dos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, ocorrida somente na década de 1930 – mais precisamente em 1935 – na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro). A partir de então, “as Faculdades de Filosofia, que foram sendo criadas a partir de 1940, introduziram a Sociologia nas grades curriculares” (CORRÊA, 1996, p. 41).

Oliveira (2013) entende que o fato de a Sociologia figurar primeiro no ensino secundário pode ser explicado a partir das deficiências da disciplina à época, carente de profissionais com formação e tirocínio técnico-científico na área – já que aqueles que se dedicavam ao ensino de Sociologia nesse período eram intelectuais cuja formação, salvo raríssimas exceções, como o caso de Gilberto Freire, tinha sua matriz na área do Direito e em outras áreas correlatas do saber.

Antonio Candido (2016, p. 271) esclarece que o interesse desses sociólogos não especializados era engendrar fundamentos teóricos ou interpretar a sociedade brasileira de forma específica, o que se constata na ausência de um histórico de ensino e de pesquisa empírica a respeito da realidade do país.

Depois de 1930 ela penetra no ensino secundário e superior, começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados, devendo-se notar que os primeiros brasileiros de formação universitária sociológica adquirida no próprio país formaram-se em 1936. O decênio de 1930, rico e decisivo, pode ser considerado fase transitória para o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação (CANDIDO, 2016, p. 271).

Para Oliveira (2013), endossando a avaliação de Candido (2016), a década de 1930 foi crucial para a Sociologia no país, posto que foi nessa época que houve – na visão dele – um maior alinhamento entre a Sociologia (como saber escolar) com os ideais de modernização vigentes à época – e que se robusteceram de forma bastante significativa no cenário político-econômico. Nas palavras de Oliveira (2013, p. 356), a Sociologia figurava nesse cenário político-econômico-ideológico como “uma disciplina capaz de renovar intelectualmente o país, de modernizá-lo por assim dizer. Ainda que devamos considerar os aspectos contraditórios da realidade social, intelectual e política existentes não apenas no Brasil como na América Latina como um todo.”

Na concepção de Moraes (2011), as aspirações não se concretizaram e, algum tempo depois, mais precisamente com a Reforma Capanema de 1942, determinou-se o fim da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino nas escolas secundárias do país, que perdurou de 1925 a 1942; ficando restrita aos cursos de formação de professores. Para Moraes (2011, p. 359),

No caso da Sociologia, a interpretação corrente sobre sua presença/ausência na escola média se deveria a contextos ideologicamente marcados: em períodos democráticos, a Sociologia está presente; em períodos autoritários, ela está ausente. Nossa hipótese é de que essa interpretação decorre da perspectiva dos que são a favor da obrigatoriedade da disciplina, que dizem que a Sociologia, por ser crítica, é uma ameaça ao regime, sendo então excluída. Para nós, outros fatores condicionaram essa intermitência, em especial a formação de uma burocracia educacional responsável por administrar o currículo.

Ilustra a assertiva de Moraes (2011) episódios da história recente do Brasil, que mesmo em épocas nas quais a democracia era tida como presença constante, a Sociologia foi desconsiderada no contexto educacional do país – a exemplo da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024 de 1961, cujo texto não contemplava a disciplina nos currículos escolares (BRASIL, 1961).

Na concepção de Silva (2007), no que tange à sociologia do currículo, notadamente na seara dos estudos que têm na avaliação curricular das disciplinas seu objeto, é possível identificar componentes que auxiliem na apreensão e posterior compreensão dos sentidos que condicionam a composição da Sociologia como uma prática escolar, detentora de um saber específico no campo da educação. Assim, na forma de um tipo de *saber escolar* ela imiscui-se nos currículos de outras disciplinas, a exemplo da História, da Geografia, da Literatura, entre outras. No entanto, “como disciplina ela aparece, desaparece, reaparece, enfim tem um ‘lugar’ instável, desconfortável e incerto. Isso pode ser explicado por vários motivos externos e internos ao campo das Ciências Sociais” (SILVA, 2007, p. 405).

Moraes (2011) compreende a exclusão da Sociologia do currículo para além da mera perseguição ideológica que caracteriza a disciplina, defendendo que o fator mais contundente desse alijamento dos quadros escolares se deve, em grande medida, à sua indefinição no que tangia à conjuntura da época, marcadamente orgânica; e que, por isso, influenciada pelo tecnicismo burocrático que demandava resultados mais precisos no âmbito educacional. O autor em questão acredita que essa indefinição, apesar da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, é algo que ainda particulariza a Sociologia atualmente, notadamente no que concerne ao seu papel no espaço acadêmico e na escola; falta, na opinião dele, unanimidade à Sociologia no que concerne à sua defesa no ensino médio.

Para Jinkings (2013, p. 107), há uma complexidade dialética inerente aos desafios postos às influências educativas das ciências sociais no âmbito escolar, o que demanda, para este autor, um debate mais democrático acerca dos objetivos e alcances didático-formativos da disciplina nas esferas acadêmicas e escolares, notadamente tendo como fulcros o itinerário contingente e a reconhecida fragilidade pedagógica da disciplina de Sociologia no sistema escolar. Essa inconstância no itinerário da Sociologia nas instituições de ensino brasileiras, aliada a outros tantos entraves, contribui sobremaneira para o desinteresse da disciplina como opção de formação profissional no Brasil, como atestam Lennert (2009; 2011), Melo e Ferreira (2014) e Yung (2013; 2020).

## **2.1 A profissão de sociólogo: a iniciativa privada como alternativa**

Além da docência, os formados em Ciências Sociais/Sociologia podem pleitear alocação laboral na iniciativa privada, mas essa alternativa tem se demonstrado complexa em razão de questões inerentes à própria formação teórico-metodológica dos profissionais da área de Ciências Sociais/Sociologia; bem como ao destino do conhecimento por eles produzido quando a serviço de empregadores vinculados aos interesses do mercado de serviços e/ou produtos.

O dilema posto aos sociólogos recém-formados quanto às possibilidades de atuação profissional diz respeito a alguns aspectos que norteiam a formação de sociólogos nas universidades, muitas delas privilegiando uma formação mais radical, uma perspectiva mais crítica, por assim dizer, da realidade social; que congrega em si um quê de militância político-ideológica e intolerância epistemológica (BALTAR, 2017; SCHWARTZMAN, 1991; YUNG, 2020). Outras vertentes apegam-se a uma formação de caráter mais público-burocrático, voltadas à exploração das possibilidades de trabalho fora dos muros da academia e da

docência; compondo uma espécie de “sociologia pública”, no dizer de Schwartzman (1991) (BALTAR, 2017).

O problema, de acordo com Baltar (2017), Schwartzman (1991) e Yung (2020), é que as duas perspectivas sociológicas não se coadunam, ou seja, uma sociologia vocacionada para a ação crítica, radical e militante – geralmente contestadora do *status quo* e da lógica capitalista – não concede concessões epistemológicas à uma sociologia de viés meramente mercadológico, burocrático e profissional; isto é, um saber sociológico à venda e disponível a quem pagar mais. A questão é que os sociólogos recém-formados se veem premidos pelas necessidades cotidianas, o que fatalmente os leva a aceitar (ou disputar) vagas de emprego que não condizem com a vocação sociológica mais crítica e subversiva<sup>3</sup>, de caráter mais teórico-acadêmico.

Em verdade, quando procuram colocação na iniciativa privada, mais especificamente nas empresas e órgão de pesquisa, os formados em Ciências Sociais/Sociologia se veem envolvidos em disputas por postos de trabalho com outras profissões, circunstância que, conforme a análise de Yung (2020, p. 79), torna mais difícil “a absorção de cientistas sociais pela ausência de compreensão de seu *ethos* profissional. Não há uma clareza do conteúdo profissional do cientista social, a qual pode funcionar como uma barreira simbólica que dificulta seu ingresso no mercado de trabalho.”

Para Yung (2020, p. 7), são muitas as dificuldades que os sociólogos recém-formados encontram no que tange à inserção no mercado de trabalho, “Além da caracterização e das especificidades do mercado para profissão, existe uma condição socioeconômica maior que também interfere na inserção dos jovens profissionais da sociologia”. A propósito da menção às especificidades do mercado, o que se tem é um mundo do trabalho extremamente volátil, no qual os parâmetros curriculares, a partir de um contexto político marcadamente neoliberal, “têm uma variação temporal bastante acentuada, em que as mudanças são rápidas e pouco consistentes no processo de formação. Antes mesmo que se conceba uma ideia, já está ultrapassada.” (RIBEIRO *et al.*, 2018, p. 4). Essa volatilidade contribui para a crescente evasão de estudantes dos bancos das universidades.

---

<sup>3</sup> O adjetivo subversivo, no contexto deste artigo, refere-se à crítica empreendida pela sociologia acadêmica contra as relações assimétricas de poder existentes no tecido social brasileiro, notadamente as relações que se expressam na restrição de acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente; mas divididos de forma desigual e desumana em razão de interesses econômico-ideológicos. O saber sociológico, em razão de seu papel questionador dos contextos e constructos sociais, configura-se como um instrumento capaz de desvelar as armadilhas ideológicas, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, às quais os grupos sociais humanos estão sujeitos, por causa disso, podem ser consideradas, a depender do setor social, subversiva, contestatória e, sob certa ótica, incômoda. Sobre o assunto, veja: GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia*. São Paulo: UNESP, 2001.

O professor Ronaldo Baltar, da Universidade Estadual de Londrina, localiza a dificuldade de empregabilidade de sociólogos e professores de sociologia no Brasil em dois problemas. O primeiro vincula-se à participação, de forma bastante presente em termos quantitativos, de profissionais oriundos de áreas diversas ocupando espaços laborais cujas formações são consideradas de competência dos formados em Sociologia ou Ciências Sociais; e o segundo refere-se a dificuldade das universidades e centros de formação em qualificar os futuros profissionais a estarem aptos para atuarem no mercado de trabalho (BALTAR, 2013, p. 2).

No primeiro problema aventado por Baltar (2013), o que se percebe, salvo melhor interpretação, é o desprestígio em relação às especificidades do fazer sociológico, que, aliado ao desconhecimento dos alcances da Sociologia enquanto ciência do social, faz com que empregadores e recrutadores escolham para realizar as atividades afetas ao sociólogo profissionais de nível superior de áreas correlatas. O segundo problema localiza-se na inadequação do currículo dos cursos de Ciências Sociais às reais necessidades do mercado de trabalho.

Yung (2020) corrobora a assertiva de Baltar (2013) sobre a inadequação da Sociologia à realidade circundante, defendendo que os currículos privilegiam a formação teórica em detrimento de uma formação mais técnica e generalista, com vistas a atender às demandas do mercado. Para Yung, essa deficiência se deve ao fato de a sociologia ainda estar presa aos ideais de 1930, quando ocorreu a implementação da disciplina no país. Para ela, houve um avanço na sociedade e nas estruturas sociais, “mas parece que o campo sociológico não conseguiu acompanhar as transformações, em relação ao teor prático profissional, por querer manter o lugar cativo e seguro da academia fortificada pela valorização do capital cultural e intelectual que a modernidade alimenta.” (YUNG, 2020, p. 235).

O problema é que, na sociedade capitalista, os saberes só têm valor se tiverem uma utilidade econômica, isto é, se puderem ser operacionalizados para gerar lucro; então, o saber sociológico elaborado para atender aos desígnios do mercado não passaria de mais uma ferramenta de manipulação e exploração das massas. Uma pesquisa sociológica utilizada para entender os hábitos de consumo de determinada classe social serviria para quê? Depende do objetivo dos financiadores da pesquisa. Se a pesquisa foi encomendada por uma empresa, obviamente que os dados obtidos serviriam para melhorar abordagens propagandísticas e mercadológicas e potencializar a venda de determinados produtos. Aqui, a Sociologia padeceria de uma crise identidade; afinal, qual seria seu objeto e o que a diferenciaria das ciências econômicas ou do marketing e da propaganda?

Essa hipótese não é meramente retórica, ela é parte das atividades laborais de muito profissionais da Sociologia em várias partes do mundo, mas não se dá de forma pacífica na psique desses profissionais, desencadeando uma espécie de esquizofrenia vocacional, como atesta o depoimento de uma socióloga brasileira que trabalha com pesquisa de mercado e opinião pública, testemunho coletado por Blois (2015, p. 184) quando em trabalho de campo na Argentina:

Tinha uma crise existencial por trabalhar com pesquisa de mercado tendo feito um curso que era muito ideologizado, muito politizado, com um perfil de esquerda. A crise de identidade, crise moral que eu tinha era altíssima. Até que fui ver [um professor de metodologia] que também trabalhava com essas coisas para conversar e ele me disse "bem, você vai ter que aprender a conviver com a esquizofrenia, é assim" e eu me acalmei e segui adiante (Socióloga, graduada em 1994 na UBA, dona de instituto de pesquisa de mercado, antes empregada em departamento de pesquisa de mercado em uma empresa multinacional).

No Brasil, segundo Braga (2009), os sociólogos ocupam postos de trabalho de forma reiterada no mercado da pesquisa, tanto de opinião pública quanto de outros setores. Mas, para ele, o preconceito acadêmico em relação ao profissional que atua no mercado de pesquisa, e o distanciamento que essa tensão promove entre a sociologia acadêmica e o mercado, torna mais difícil, quando não impossibilita de todo, “o reconhecimento profissional dos pesquisadores e limita o impacto da ampla presença de cientistas sociais nessa atividade.” (BRAGA, 2009, p. 145).

Os profissionais da Sociologia que optam, ou não têm opção, por trabalhar na iniciativa privada acabam por enfrentar dilemas como o da entrevistada de Blois (2015) descrito acima. Nesses casos, é necessário conviver com as tensões e complexidades dialéticas envolvidas na dinâmica processual dessas atividades. Além da crise de identidade profissional, os sociólogos têm ainda de enfrentar a dura concorrência com outras áreas do conhecimento, tradicionalmente mais aceitas para desempenhar tarefas de prospecção de informações úteis aos setores que exploram economicamente as necessidades de consumo (reais ou inventadas) de uma dada sociedade (BALTAR, 2013; YUNG, 2020).

A propósito do preconceito de membros da academia em relação aos profissionais sociólogos que trabalham na iniciativa privada verificado por Braga (2009), Baltar (2017, p. 264) identificou o mesmo problema, atribuindo a tensão entre academia e mercado ao fato de que, conforme Baltar, o professor universitário de sociologia entende a si mesmo – e a sua atividade acadêmica – como representantes do verdadeiro fazer sociológico, portanto, como sociólogo verdadeiro, e “com muita frequência, não enxerga o sociólogo que atua profissionalmente como tal. Ou ainda, vê com certo preconceito um sociólogo ‘não acadêmico’, como sendo ‘técnico’, ‘sociólogo de mercado’, ‘burocrata’, ‘trabalhador para o

capital”. Esse sociólogo inautêntico e impostor é assim considerado, teoriza Baltar (2017), por não possuir a mesma liberdade crítica e contestatória do sociólogo acadêmico, liberdade esta conferida pela autonomia de pensamento que só as instituições de ensino superior públicas (as universidades) oportunizam.

No que tange às competências profissionais dos sociólogos, bem como da legalidade da profissão, Baltar (2013, p. 4, grifo nosso) traz a seguinte contribuição:

A profissão de sociólogo está estabelecida na Lei n° 6.888, de 10 de dezembro de 1980. São atividades do sociólogo o planejamento e a execução de pesquisas socioeconômicas, culturais e organizacionais, o levantamento sistemático de dados para subsidiar diagnósticos e a análise de programas em várias áreas (educação, trabalho, promoção social e outros). Também são atividades do sociólogo a assessoria e a prestação de consultorias a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações. Embora existam esforços para a regulação da profissão, principalmente por parte da Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) e alguns sindicatos estaduais, *ainda não há uma delimitação efetiva para o campo de trabalho profissional do sociólogo*

Pode-se inferir das citações acima que a Sociologia carece – ainda – de uma identidade profissional para além da academia e da atividade docente. A generalização das atividades, do ponto de vista técnico-laboral, atribuídas aos sociólogos dá margem à interpretação de que outros profissionais detêm igual – ou até superior – competência técnica para realizá-las a contento. Nesse contexto, o planejamento e a execução de pesquisas socioeconômicas podem ser delegadas a economistas e administradores; o planejamento e a execução de pesquisas culturais e organizacionais podem ser muito bem conduzidos por historiadores, filósofos e turismólogos; o levantamento sistemático de dados para subsidiar diagnósticos e a análise de programas em várias áreas (educação, trabalho, promoção social e outros) pode ser feito por psicólogos, geógrafos, assistentes sociais e educadores de distintas áreas do conhecimento (BALTAR, 2013; YUNG, 2020).

Portanto, para quê contratar sociólogo, se qualquer outro profissional pode realizar seu trabalho? Essa situação perdura em razão da indefinição, específica e legal, ao ofício de Sociólogo no Brasil, como demonstram as análises dos autores supracitados. Isso também pode ser verificado no âmbito da educação, tanto privada quanto pública, no qual profissionais não formados em Ciências Sociais/Sociologia ministram aulas da disciplina, conforme informam Baltar (2013) e Mocelin e Raizer (2014).

### **3. A escolha profissional e as novas gerações: condicionantes e determinantes**

A vida é matizada por imperativos de toda sorte, e no decurso da história de cada indivíduo são tomadas diversas decisões, notadamente associadas à administração de aspectos

da existência concreta em várias situações – e as atividades profissionais são parte desse contexto. No que tange às ocupações laborais, o posicionamento dos atores sociais no mundo do trabalho tem importância indiscutível, visto que tendem a preencher uma parcela bastante considerável do tempo das pessoas ao longo de suas existências (ANTUNES, 2003).

Para Dubar (2005), a esfera profissional tem se revestido de vital importância no quadro existencial da vida das pessoas ao longo dos anos, ultrapassando o período de formação dos indivíduos e transformando suas mentalidades. Dubar (2005, p. 26) entende que o emprego tende a condicionar a composição das identidades, tanto as profissionais quanto as sociais, isso porque as identidades se modificam constantemente e de forma impressionante; e o trabalho, nesse contexto, “obriga a transformações identitárias delicadas; por acompanhar cada vez mais todas as modificações do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias por muito tempo além do período escolar.”

Nessa perspectiva, a vida profissional, e as atividades que a caracterizam, constituem instrumentos de mediação das relações e inter-relações que se processam entre o ser social (os indivíduos) e a natureza; compondo – dessa forma – uma *práxis* dialógico-interativa que plasma o tecido social e possibilita o surgimento e a manutenção de espaços de construção identitária e de intercâmbios sociossimbólicos e materiais (DUBAR, 2012).

Os indivíduos, constata Dubar (2012), não se constroem sozinhos, posto que necessitam do outro, da alteridade que este encerra, para compor a si mesmos, enredados que estão em uma trama de constructos identitários que é “produto de sucessivas socializações” (DUBAR, 2005, p. 25) e que, portanto, tende a não ser engessada, mudando de tempos em tempos conforme as diretrizes socioculturais e econômicas de uma dada organização social.

É nessa conjuntura que emergem as escolhas das profissões por parte das novas gerações, buscando satisfação tanto material quanto simbólica. Não obstante, em uma sociedade materialista – e, por definição, consumista –, as preocupações relativas às escolhas profissionais estão mais concentradas nos aspectos materiais, nas possibilidades – reais ou imaginadas – de acesso ao consumo (BAUMAN, 2008). Portanto, profissões que não são capazes de oferecer a realização dos desejos de consumo são, cada vez mais, preteridas.

Segundo dados coletados e coligidos pela Folha de São Paulo, o último Ranking Universitário da Folha (RUF), realizado em 2019, o interesse nos cursos de Ciências Sociais e Filosofia têm decaído, desde 2014, de forma cada vez mais acentuada no país. Conforme o referido Ranking, o decréscimo no quantitativo de estudantes matriculados nos cursos em questão – da edição do RUF de 2014 para a de 2019 – foi de 47% em Ciências Sociais (de 9.826 para 5.169 alunos) e 20% em Filosofia (de 6.469 para 5.174 estudantes). O estudo teve

como base o último Censo da Educação Superior, que avalia o ranking de cursos anualmente, no qual foram analisadas 40 graduações de universidades, centros universitários e faculdades com maior número de ingressantes no país (BRASIL, 2016; BRASIL, 2019).

É nessa conjuntura que Leis (2000, p. 1, grifo nosso) aborda a sociologia no panorama da sociedade moderna:

[...] o presente da sociologia é certamente uma tristeza. Parece claro que ela se domesticou e perdeu seu poder de convocatória em face da sociedade e, em particular, das novas gerações. *Para quem não sabe (ou não gosta de lembrar), a sociologia hoje quase não é procurada pelos jovens que ingressam nas universidades* e, quando isto acontece, na maioria dos casos é como segunda opção de carreira profissional.

Passados mais de 18 anos da publicação de Leis (2000), percebe-se que a situação em relação à escolha da Sociologia como profissão não se alterou, como confirmam os estudos de Silva (2018), Ramos (2018), Yung (2020), nos quais se percebe que o curso de Ciências Sociais/formação de Professor é um dos cursos com menor procura entre as licenciaturas. A baixa procura reflete o estado da educação no Brasil, onde muito poucos querem adotar a docência como profissão, já que a atividade sofre uma série de problemas quanto às condições de exercício profissional, como salários defasados – obrigando professores a se sujeitarem a jornadas triplas de trabalho para complementar a renda – e desprestígio social.

Mas não foi sempre assim, conforme Leis (2000), a situação era totalmente diversa da atual nos anos de 1960 e 1970, tendo a Sociologia uma alta procura como atividade profissional, figurando como a primeira opção de escolha dos estudantes que pleiteavam uma vaga nas universidades. Então, o que mudou? Leis (2000, p. 3) entende que a compreensão do fenômeno passa pela construção das mentalidades através das décadas, e acredita que os jovens nesse período eram “melhores em relação à sua preocupação altruísta com o bem comum, melhores em relação à sua capacidade intelectual e muitos outros atributos.”

Mas é forçoso reconhecer que outros fatores condicionam o abandono dos cursos, como atesta o depoimento de um dos interlocutores de Silva (2018, p. 26), obtido quando da realização de seu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais:

Pergunta: porque você deixou o curso? Entrevistado: “Porque tive que fazer uma escolha, trabalho ou curso, eu queria demais estudar, queria demais concluir, queria chegar a ter meu diploma, mas tive que fazer uma opção, né? como eu vim de uma família pobre embora hoje tenha condição de vida muito boa, não sou rico, mas graças a Deus eu adquiri algumas coisas com o trabalho, então, tipo assim eu poderia pôr em risco, não questão de posição social, mas minha sobrevivência; aí eu fiquei assim eu posso ser demitido da empresa se eu não der apoio lá dentro, mas eu preciso estudar, mas tá atrapalhando, aí eu pensei tenho que decidir ou a

universidade ou meu emprego aí eu fiz a opção pelo emprego” (Evadido de Ciências Sociais em 2015).

As questões econômicas perpassam a realidade dos estudantes em todo o mundo, isso é fato. Para além de garantir a sobrevivência material básica, ter acesso aos bens de consumo materiais e simbólicos é uma das ambições das novas gerações e, muitas das escolhas profissionais são feitas tendo essa ambição como força propulsora. Mas esses desejos de consumo, criados e potencializados na sociedade líquida (BAUMAN, 2007), não se esgotam em si mesmos, isto porque as promessas de satisfação desses desejos são ilusórias; posto que ao invés de produzir uma sensação de completude e realização, produz – ou simplesmente faz aumentar – a sensação de vazio existencial, tão presente na sociedade moderna, que, segundo Lipovetsky (1989), se caracteriza pelo vazio.

No caso da Sociologia, de acordo com a representação social da sociedade brasileira, os desejos de consumo não poderão ser alcançados, já que Sociologia (como profissão) não “dá dinheiro”, como se pode observar no diálogo entre Silva (2018, p. 31, grifo nosso) e um dos seus interlocutores “Pergunta: E quando tu passou em ciências sociais esses amigos e a família te apoiavam alguém falava mal ou bem do curso pra ti antes? Entrevistado: Sim teve um amigo que disse que não deveria fazer aquele curso *porque não ia ganhar dinheiro*”.

No entanto, o problema relativo às escolhas profissionais não pode ser interpretado apenas pelo viés da subjetividade dos jovens, visto que eles são influenciados pela realidade sociocultural que os circunda; e esta realidade está intrinsecamente vinculada ao sistema de produção capitalista e à sua reprodução (BAUMAN, 2013a). *Ter* é muito mais importante do que *Ser*, essa é a mensagem implícita nos valores que perpassam a realidade social da sociedade contemporânea, na qual a capacidade de consumo, e o desejo de consumir, consubstanciam-se como elementos centrais na construção das subjetividades e, por conseguinte, das identidades socioculturais que plasmam o universo simbólico humano. Nesse sentido, o consumo perpassa de forma quase indelével a construção das personalidades e das identidades na sociedade contemporânea, sendo uma das bases estruturantes do *status quo* dos indivíduos na atualidade (BAUMAN, 2008; 2013b).

Leis (2000), à semelhança da análise de Bauman (2013a), também não responsabiliza os jovens pela atual condição da Sociologia no mercado de trabalho, as causas devem ser procuradas em espaços interiores.

A causa principal dessa crise não é externa, mas interna, reside no estancamento e perda de iniciativa da própria sociologia nas últimas décadas. Em outras palavras, a sociologia parece estar em um processo no qual, ao mesmo tempo que aumenta seus defeitos, diminui suas virtudes. Ela conservou e aumentou seu reducionismo e

moralismo de origem, porém limpando-os progressivamente dos conteúdos irreverentes e transgressores que a acompanhavam também na origem, perdendo assim grande parte de sua capacidade crítica que tão bem a identificava. Parece-me que isto explica melhor a atração que ela exercia sobre a juventude dos 60 e 70, e a falta de apelo de hoje (LEIS, 2000, p. 4).

Apesar das muitas e cada vez mais céleres transformações no mundo do trabalho, impulsionadas por avanços tecnológicos que, para o bem ou para o mal, mudam as formas de se exercer determinadas atividades profissionais (quando não as torna obsoletas em razão de um anacronismo compulsório), Leis (2000, p. 5) – ainda que reconheça as mudanças – insiste em tributar a questões internas à Sociologia sua aparente obsolescência:

Embora as causas desse insucesso sejam basicamente internas à sociologia, isto não quer dizer que a realidade não mudou. Nas últimas décadas o mundo pisou no acelerador, mudando vertiginosamente para rumos desconcertantes, mas, paradoxalmente, a sociologia começou a pisar no freio, ficando presa a paradigmas que se tornaram cada vez mais obsoletos. Parece que a sociologia percebeu sua obsolescência, porém, em vez de revisar seus pressupostos e paradigmas científicos para seguir avançando na compreensão da realidade, ela procurou a saída dando um salto para o abismo que estava dentro dela mesma. Ela não fugiu nem para o passado, nem para o futuro, fugiu para dentro de si mesma. Por isso, a sociologia hoje está muito mais perto de uma disciplina moral do social, que da outrora indisciplinada ciência do social.

Mas o desinteresse em relação ao curso não está só na escolha inicial da profissão, visto que muitos dos ingressantes em Ciências Sociais/Sociologia, especificamente, não concluem a graduação na área, como se verifica nas pesquisas realizadas por Ambiel *et al.* (2016), Detoni (2015), Jovino *et al.* (2020) e Silva (2018), nas quais os índices de desistências dos cursos de Ciências Sociais/Sociologia são bastante expressivos e, em razão disso, preocupantes.

Muito dessa desistência do curso por parte dos alunos vincula-se ao mercado de trabalho, no qual os formados em Ciências Sociais/Sociologia não encontram as mesmas oportunidades de empregabilidade de outros cursos. As empresas privadas, de forma geral, não costumam empregar sociólogos; os concursos públicos raramente ofertam vagas para sociólogos, restando para estes profissionais – quando conseguem – a docência, tanto em nível de graduação nos centros de ensino superior e faculdades privadas quanto no ensino médio (YUNG, 2020).

No que diz respeito à empregabilidade, no ano de 2010, em relação ao mercado de trabalho para o sociólogo, especificamente, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE), a profissão não se mostrava promissora para os egressos, aqueles recém-formados. Segundo o documento em questão, os profissionais contratados na área – quando conseguiam uma vaga – eram aqueles que já tinham experiência

profissional, geralmente mais de 10 anos de atividade e com mais de 40 anos de idade. Esse perfil consistia, à época, em um dos obstáculos que impossibilitava a inserção no mercado de novos profissionais oriundos da Sociologia.

Para Yung (2020, p. 236), a condição dos sociólogos recém-formados é preocupante, e não tem se alterado ao longo dos anos, como observa a seguir:

Apesar de os sociólogos recém-formados constituírem uma parcela reduzida de jovens em passagem da inatividade para atividade, o microcosmo selecionado pôde revelar dificuldades inerentes à questão da exclusão de jovens escolarizados do mercado de trabalho contemporâneo, além de demonstrar os desafios de se escolher uma carreira da grande área de humanas que, hoje, em face das questões econômicas e sociais estabelecidas, é desvalorizada e mal interpretada. A exclusão enfrentada por esses sujeitos pode trazer consequências tanto para a estrutura do mercado, quanto para a própria construção da carreira profissional dos indivíduos envolvidos. Tanto a antecipação da entrada na vida ativa, quanto a protelação dessa entrada, configurando um maior tempo de inatividade, podem repercutir sobre a dinâmica do mercado de trabalho.

A propósito da menção ao magistério secundário, sabe-se, pela análise da realidade da educação brasileira, que a Sociologia cada vez mais tem menos oportunidades nesse setor, dadas as perseguições sofridas por governos de orientação neoliberal e de concepções tecnicistas a respeito da educação (RODRIGUES, 2015). Apesar da inserção obrigatória da disciplina nos currículos de ensino médio ter se dado por meio da Lei nº 11.684/2008, que alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) ameaça essa oportunidade de trabalho, pois coloca sob o manto da incerteza o futuro da docência de Sociologia no ensino médio (BODART, 2020). Isso porque, com a referida Lei, o ensino de Sociologia perde seu caráter compulsório, a exemplo, como salienta Peçanha (2018, p. 1), de “diversas disciplinas fundamentais para a formação cidadã e crítica da juventude brasileira, gerando impasses para a consolidação da BNCC”

Nessa perspectiva, Lino (2017, p. 82) entende que a Lei Nº 13.415/17, da maneira como está posta, configura:

[...] uma ameaça concreta à oferta de qualidade do ensino médio e configura a redução do direito à educação. A formação integral, crítica e cidadã, que assegurasse aos alunos o pleno desenvolvimento intelectual, afetivo, físico, estético, moral e social, com base em princípios éticos e políticos que oportunizem sua emancipação, era a utopia a perseguir no ensino médio, hoje descartada.

Diante dos argumentos de Peçanha (2018) e Lino (2017), percebe-se que as disciplinas que se incumbem da formação integral, crítica e cidadã das novas gerações estão, sim, sob ameaça de descontinuidade, obviamente que algumas disciplinas são mais passíveis à

extinção do que outras, como é o caso da Sociologia. Essa incerteza sobre o futuro da docência em Sociologia baseia-se no fato de que ao longo dos anos a disciplina vem perdendo espaço no mercado de trabalho relativo à educação, e a diluição dos conteúdos afetos à Sociologia em outras matérias do ensino médio pode contribuir para o fim da disciplina nessa etapa do ensino. Nesse cenário, onde a inconstância quanto à real consolidação da Sociologia no ensino básico aparece como uma ameaça constante, como reforçam Peçanha (2018) e Lino (2017), é forçoso reconhecer a necessidade de discutir a respeito das condições de trabalho dos docentes.

Essa reforma do ensino traz a reboque uma série de mudanças abruptas e arbitrárias nas novas orientações curriculares, caracterizando-se pela maior autonomia conferida aos Estados e municípios pela Lei n° 13.415/2017, que permite que possam adequar seus currículos à Reforma e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). Segundo a nova BNCC, os currículos devem compreender “estudos e práticas” de Sociologia; o que significa uma redução e um esgarçamento da proposta da disciplina para o ensino médio, que podem culminar com o esvaziamento do significado da Sociologia nessa etapa da formação escolar e, conseqüentemente, promover a descontinuação da Lei n° 11.684/2008, desobrigando a sua manutenção como disciplina específica no âmbito da educação brasileira (BODART, 2020; LINO, 2017; PEÇANHA, 2018).

A propósito dessa discussão sobre a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os possíveis efeitos que tal reforma pode suscitar, Bodart (2020, p. 4)

O professor não empregando as teorias, os conceitos, os métodos e as perspectivas próprias da Sociologia estaria a ensinar qualquer outro saber, mas não o sociológico, nem lecionando Sociologia. É possível (e desejável) o diálogo entre Sociologia e as demais Ciências. Contudo, como afirmado, o seu ensino não é passível de ser dissolvido no interior das demais disciplinas. Ao “diluir” deixará de ser Sociologia.

Esses debates não passam despercebidos pelos estudantes do ensino médio, o que acaba por impactar suas escolhas quanto à profissão que desejam seguir. Mas afeta também aqueles que já se encontram matriculados em cursos de Ciências Sociais/Sociologia no país, fazendo-os repensar suas escolhas em razão dos muitos desafios que o horizonte descortina a respeito da carreira profissional que elencaram. É nesse contexto de incertezas quanto ao destino profissional que muitos acadêmicos abandonam os cursos de Ciências Sociais e Sociologia e migram para outras áreas do conhecimento, com maiores probabilidades (reais ou fictícias) de sucesso no mercado de trabalho (AMBIEL *et al.*, 2016).

Mas os problemas relativos à evasão de cursos superiores não atingem somente cursos de licenciatura, bem como os motivos de abandono não se restringem somente a possibilidade de empregabilidade e às questões econômicas – embora tais fatores estejam sempre presentes quando da decisão de cursar ou abandonar determinados cursos superiores. Os motivos são variados, como o observado por Guerra e Resende (2018), em que o curso em andamento não era a primeira opção de escolha do acadêmico, por não atender às aspirações pessoais e profissionais. Nesses casos, os alunos desistem por falta de afinidade com as áreas em que se matriculam, às vezes só porque foram aceitos na segunda opção e não querem desperdiçar a chance – o que se mostra um equívoco com o passar do tempo e o desenvolvimento dos cursos.

Outros motivos somam-se ao verificado por Guerra e Resende (2018), tais como a preocupação com o futuro profissional e com a carreira de forma geral depois da formatura, identificada por Ambiel e colaboradores (2016); cursos escolhidos sem a devida reflexão e/ou conhecimento prévio sobre suas dinâmicas de atuação, o que gera descomprometimento por parte dos alunos – culminando com o abandono –, estudados por Cunha *et al.* (2014).

Outras tantas situações podem ser elencadas como justificativas de desistência, como a distância onde o estudante reside e o campus em que está matriculado, como atestaram Gonzalez e colaboradores (2016), questões de teor mais subjetivo, relativos à dimensão comportamental dos discentes, às exigências institucionais de alguns cursos, à vocação pessoal, a elementos de ordem conjuntural, fatores socioeconômicos e políticos; enfim: uma gama variada de condições que tendem a influenciar na continuidade ou descontinuidade dos cursos escolhidos.

O Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativo a levantamento realizado de 2006 a 2017, confirma que o interesse pela docência decaiu vertiginosamente entre os adolescentes concluintes de cursos de ensino médio e estudantes brasileiros na faixa de 15 anos. Os dados também apontam que a escolha profissional, tendo a carreira docente como objetivo, decaiu de aproximadamente 7,5% para somente 2,2%. (OCDE, 2017).

#### **4. Resultados**

Os artigos foram encontrados nas bases de dados Scielo (68 artigos), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como parâmetro de busca 20 anos, de 2000 a 2020. No Portal Scielo, foram encontrados 68 artigos para a palavra-

chave sociologia e profissão; 3 para a palavra-chave a profissão de sociólogo no Brasil, 14 para vocação profissional e 4 para a palavra-chave a escolha da profissão entre jovens estudantes.

No Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram obtidos 502 resultados com a palavra-chave sociologia e profissão, 870 artigos para a profissão de sociólogo no Brasil, 2369 resultados para vocação profissional e 1406 artigos com a palavra-chave a escolha da profissão entre jovens estudantes. Na plataforma Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados 390 artigos com a palavra-chave sociologia e profissão, 181 com a palavra-chave a profissão de sociólogo no Brasil, 165 para vocação profissional e 79 artigos para a escolha da profissão para jovens estudantes.

Depois de excluídos os artigos, teses e dissertações duplicados, que constavam de mais de uma base de busca, de lidos os resumos e descartados aqueles que ostensivamente não se referiam ao tema aqui estudado, o material restante foi lido na íntegra e analisado para dar subsídios teórico-referenciais à discussão apresentada. Outros textos foram incluídos no trabalho sem, contudo, terem sido obtidos em pesquisa nas plataformas citadas, apenas prospectados de sites, blogs e páginas da internet através do Google busca.

No entanto, não foram coligidas nem analisadas a totalidade dos trabalhos encontrados atinentes ao tema-problema, por comporem uma volumosa massa de dados bibliográficos que extrapolam o escopo deste estudo. Desse modo, constam deste trabalho aqueles textos que foram elencados, dentro da massa mencionada, como representativos do quadro situacional da profissão de sociólogo no Brasil no período de 2000 a 2020, com especial atenção para a educação e o setor privado como campos de atuação profissional dos sociólogos.

## **5. Considerações Finais**

As novas gerações, influenciadas pela mídia, pela propaganda (instrumento ideológico de manipulação de subjetividades) e pela ideologia de consumo, fazem suas escolhas profissionais a partir das possibilidades (efetivas ou ilusórias) que tais profissões têm de tornar realidade suas aspirações de consumo, isto é, são escolhas profissionais pensadas tendo como parâmetro as recompensas financeiras e o acesso a bens materiais e simbólicos que o exercício de algumas profissões representa.

A força motriz que impulsiona as escolhas das novas gerações pode ser encontrada na sociedade de consumo e na glamourização estético-imagética de estilos de vida cada vez mais distantes da realidade socioeconômica da maioria da população brasileira. Encontra-se

também nas aspirações familiares das classes populares, para as quais o estudo (o diploma universitário) ainda é a uma ferramenta possível de ascensão social e econômica; e nas classes médias A e B, nas quais o objetivo é garantir a manutenção dos níveis de consumo e status social para seus descendentes. Desse modo, as condicionantes e determinantes das escolhas perpassam pela influência do grupo familiar, pelos apelos midiáticos de consumo e pela lógica capitalista, na qual os valores materiais são superestimados em detrimento de valores morais e sociais.

A influência do mercado de trabalho é menos sutil, mais igualmente eficaz, fazendo acreditar que abundam as vagas para determinados postos de trabalho e o que falta é qualificação e experiência profissional aos candidatos. Em verdade, dispensam os mais qualificados e experientes para contratar profissionais sem as mesmas qualificações por salários muito menores, o que geralmente atrai recém-formados que, por força da necessidade econômica ou para adquirir experiência, acabam ocupando as vagas. Todavia, em razão da pouca experiência não demonstram o desempenho desejado pelos empregadores – que reclamam e produzem o discurso da falta de qualificação. Essa falácia repercute no mundo do trabalho, o que faz com que jovens busquem qualificação a qualquer preço na esperança de estarem preparados para assumir os postos vacantes.

A educação tecnicista atual não congrega em si elementos suficientes para dar subsídios aos jovens para que possam se defender dos encantos da propaganda e do consumismo. Isso porque a preocupação é a construção de um cidadão com domínio técnico, capaz de fazer os cálculos corretos na elaboração de algoritmos; mas incapaz de analisar o meio social em que vive e compreender seu papel nessa engrenagem, incapaz de pensamento crítico autônomo.

É nesse contexto que as escolhas profissionais são pensadas, isto é, pelo viés econômico. Então, não é de estranhar que a Sociologia – enquanto uma carreira possível – não atraia as novas gerações. Na educação básica ela não encontra espaços de atuação, dadas as reduções de carga horária, os baixos salários, o desprestígio social e a ameaça de subsunção de seus conteúdos e especificidades em um todo indiviso, porque generalizado; na iniciativa privada também não desfruta das melhores oportunidades, posto que disputa com áreas do conhecimento cujos saberes são mais úteis ao mercado de trabalho e a lógica neoliberal.

Nesse estado de coisas, não resta julgamento moral em desfavor das escolhas profissionais feitas pelas novas gerações, haja vista que – influenciadas pela lógica consumista na qual estão inseridos – fazem suas escolhas condicionadas por uma gama variada de elementos, tais como família, grupos de amigos, possibilidade e desejo de acesso a

bens de consumo e a determinados estilos de vida. É forçoso reconhecer que, a despeito da relevância que a Sociologia tem na construção de uma sociedade mais equânime, dotada de consciência crítica e cidadã, ela não reúne condições (face ao que foi discutido até aqui) para se fazer desejável no cenário das escolhas profissionais no Brasil.

### Referências

ANDRADE, Tabajara Dias. A família e a estruturação ocupacional do indivíduo. In: R. S. Levenfus, D. H. Soares-Lucchiar, I. C. T. Silva, M. D. Lisboa, M. C. P. Lassance, & M. Knobel, *Psicodinâmica da escolha profissional*, p. 123-134, 1997. Porto Alegre: Artes Médicas.

ANTUNES, Ricardo. *Os significados do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo de. A sociologia no ensino médio: com a palavra os estudantes. *TEORIA E CULTURA*, v. 12 n. 1 2017 (on-line). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12359> Acesso em: 13 jan. 2022.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários. *Psico*, Porto Alegre, v. 47, n. 4, p. 288-297, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/23872> Acesso em: 2 out. 2021.

ARAÚJO, Sidnei Ferreira. PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. SER PROFESSOR: VOCAÇÃO OU FALTA DE OPÇÃO? Os motivos que envolvem a escassez de jovens na profissão docente no Brasil. *Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais*, v. 2 n. 1, 2021. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/6032cc1b0e8825e4160b2796/pdf/ncdplurais-2-1-11.pdf> Acesso em: 7 fev. 2022.

ARAÚJO, Valdívnia. Ensino de sociologia: desafios e perspectivas para a sensibilização sociológica: uma experiência com estágio curricular nas escolas pública estaduais no sudoeste baiano. *Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil*, v. 6, n. 6, p. 3683-3699, 2017.

BALTAR, Ronaldo. Mercado de trabalho para os sociólogos e a Sociologia no Ensino Médio. *COLETIVA*, n. 10 | jan/fev/mar/abr 2013. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/mercado-de-trabalho-para-os-sociologos-e-a-sociologia-no-ensino-medio/> Acesso em: 22 dez. 2021.

BALTAR, Ronaldo. *A sociologia como profissão*. Revista Brasileira de Sociologia, v. 5, n. 10, p. 259-289, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595764900011/html/> Acesso em: 12 jan. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013a.

- BAUMAN, Zygmunt. *Sobre educação e juventude*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013b.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo, a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOCK, Sílvio Duarte. *Orientação profissional: A abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BODART, Cristiano das Neves. Tempo para ensinar: reflexões em torno do reduzido número de aulas de Sociologia no Ensino Médio. *ABECES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, [on-line], 24 set. 2018. Disponível em: <https://abecs.com.br/o-professor-precisa-de-tempo-para-ensinar-reflexoes-em-torno-do-reduzido-numero-de-aulas-de-sociologia-no-ensino-medio/> Acesso em: 18 jan. 2022.
- BODART, Cristiano das Neves. A importância do ensino de Sociologia no Ensino Médio. *CAFÉCOMSOCIOLOGIA [Blog]*. Janeiro, 9. 2020. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/importancia-do-ensino-de-sociologia/> Acesso em: 12 jan. 2022.
- BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da Pesquisa. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, v.14, n.26, p.141-167, 2009.
- BRAGA, Eugenio Carlos Ferreira. *Composição e posições ocupacionais para uma outra sociologia dos cientistas sociais*. 2009. 172. f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- BRASIL. *LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.pdf> Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. CNE/CEB. Parecer nº 38 de 07 de julho de 2006. *Dispõe sobre a inclusão obrigatória das disciplinas de filosofia e sociologia no currículo do ensino médio*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf) Acesso em 3 dez. 2021.
- BRASIL. INEP. *Resumo técnico: Censo da educação superior, 2014*. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016
- BRASIL. INEP/ Censo de Educação Superior 2019. *Divulgação dos Resultados. 2019*. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/centso\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf) Acesso em: 12 jan. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: Acesso em: 7 dez. 2021.
- BRASIL. *Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis Nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494,

[...] 2017. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm) Acesso em: 2 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar* - Proposta, MEC, Brasília, 2021.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo soc.* v. 18, n. 1, Jun 2006 [Clássicos da Sociologia Brasileira]. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/9KGzSwMnpjKD4cFTWTMYNkz/?lang=pt> Acesso em: 13 dez. 2021.

DETONI, Dirceu João. *Um estudo sobre a evasão no curso de ciências sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim*. 2015. 77 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim-RS, 2015.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42 n.146 p.351-367 maio/ago. 2012.

DUBAR, Claude. *A socialização: a construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Emile. *A divisão social do trabalho*. Porto: Editorial Presença, 1984.

GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

JINKINGS, Nise Maria Tavares. A sociologia em escolas de Santa Catarina. *Revista Interlegere. Educação e Sociedade*. 2013. Disponível em:

<https://w.w.w.periodicos.ufm.br/interlegere/article/view/4407> Acesso em: 14 jan. 2022

JOVINO, Danilo; PEDRO JOVINO, Danilo.; BERNARDINO COLVERO, Ronaldo. Unipampa: A evasão do curso de Ciências Sociais - Ciência Política. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 5, n. 2, 14 fev. 2020.

LEIS, Héctor Ricardo. A tristeza de ser sociólogo no século XXI. *Dados* v. 43, n. 4. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PDjBjz7bqCm6tFxDLXX3nfg/?lang=pt> Acesso em: 20 out. 2021.

LENNERT, Ana Lucia. Condições de trabalho do professor de sociologia. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 31, n. 85, p. 383-403, set.-dez. 2011, Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 15 dez. 2021.

LENNERT, Ana Lucia. *Professores de sociologia: relações e condições de trabalho*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

LINO, Lucília Augusta. As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/756> Acesso em: 12 jan. 2022.

LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.

MELO, Valci; FERREIRA, Vanessa do Rêgo. A presença/ausência da (nova) sociologia da educação nas dissertações sobre o ensino de sociologia na educação básica. *HOLOS*, v. 6, 2014, p. 145-160. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2373> Acesso em: 19 dez. 2021.

MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. Ensino da sociologia no Rio Grande do Sul: Histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica. *Revista Brasileira de Sociologia*. v. 2, 2014. Disponível: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/92> Acesso em: 5 jan. 2022.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos CEDES*, v. 31, p. 359-382, 2011.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofascismo — és lo mismo pero no és igual?. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.121-126.

NEVES, Emanuel. Do Brasil a Alemanha: por que ninguém quer ser professor? *GAZETA DO POVO* 12/11/2018 16:51. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/do-brasil-a-alemanha-por-que-ninguem-quer-ser-professor-8y1oklbhboe311vesk7kg8oqw/> Acesso em: 13 dez. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de sociologia na educação básica. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, jul./dez. 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/OECD, *Education at a Glance 2017*. OECD INDICATORS. Disponível em: <https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/eag-2017-en.pdf> Acesso em: 11 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/OECD, *PISA, 2018, Insights and Interpretations*, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf> Acesso em: 22 fev. 2022.

PEÇANHA, Valéria Lopes. Ensino de sociologia e o contexto da reforma da educação *Revista Perspectiva Sociológica*, n.º 21, 1º sem. 2018, p. 1- 4. [Editorial]. Disponível em: <https://cp2.g12.br/index.php/article/download> Acesso em: 12 jan. 2022.

RAMOS, Márcio Roberto Vieira. *A profissão de sociólogo: uma abordagem sobre a atual realidade dos profissionais em ciências sociais egressos da Universidade Estadual de Londrina – Paraná (Turmas 2009-2010)*. 2018. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina, 2018.

RIBEIRO, Marinalva Lopes; SILVA, Fabrício Oliveira da; BRAGA, Maria Cleonice Barbosa; MALTA, Helia Lucila. Por quais motivações estudantes escolhem a carreira profissional? *REVISTA DE EDUCAÇÃO PUC/CAMPINAS*, vol. 23, núm. 2, pp. 155-173, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5720/572064154001/html/> Acesso em: 12 dez. 2021.

RODRIGUES, Cinthia. A tarefa monumental de Sociologia e Filosofia. *Carta Capital*, 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/a-tarefa-monumental-desociologia-e-filosofia/> Acesso em: 18 jan. 2022.

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia Estudantil*, Maringá, v. 10, n. 1, abr. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. *CADERNO CRH, Salvador*, v. 22, n. 56, p. 271-279, Maio/Ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/rnjJQqRxwCRY69d7YTgjm8f/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 dez. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. Ensino superior no Brasil: tradição e modernidade. *Revista USP*, v. 8, n. 33-38, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i8p33-38> Acesso em: 22 out. 2021.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Obscurantismo e a anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profotofascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. *Cadernos do GPOSSHE On-line*, v. 3, n. 1, p. 21-49, 3 out. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1987/1728> Acesso em: 18 jan. 2022.

SILVA, Bruna do Nascimento Barbosa da. *EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: análise sociológica da evasão nos cursos de Ciências Sociais e Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA (2013-2015)*. 2018. 110 f. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia – Tocantins, Marabá-PA, 2018.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos, Natal-RN*, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.

YUNG, Tauvana da Silva. *Profissão sociólogo: formação, identidade e inserção no mercado de trabalho*. 2020. 260 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

YUNG, Tauvana da Silva.; CASTRO, Bruno Moreira Borges de; CAMPOS, Vinícius Corbucci. Reflexões sobre a representação social da Sociologia a partir da visão dos estudantes do ensino médio do DF. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Júlia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). *Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções*. 1 ed. – Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

YUNG, Tauvana da Silva. *Peguei o diploma, e agora?: desafios, dilemas e estratégias de inserção ocupacional de jovens recém-graduados em Ciências Sociais*. 2013. viii, 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

## En las mallas de la inconstancia: la sociología como opción para la formación profesional en Brasil

### Resumen

En la sociedad brasileña existe consenso en que la elección de algunas profesiones -que exigen formación universitaria- es un error, ya que la formación en esas áreas dejaría a las personas a merced de dificultades en términos de inserción en el mercado laboral y retribución pecuniaria. Estas representaciones permean el tejido social, y tienen, en su mayor parte, a la sociología y la filosofía como ejemplos por excelencia. El artículo tiene como objetivo abordar algunas preguntas sobre la elección de la profesión de sociólogo en Brasil, buscando comprender y responder las siguientes preguntas: ¿cómo son las elecciones sobre el futuro profesional hechas por las nuevas generaciones? ¿Cuáles son las razones que las determinan y/o condicionan? ¿Cómo influye el mercado laboral en estas elecciones? ¿Cómo contribuye el capitalismo y la sociedad de consumo a estas elecciones? Para responder a estas preguntas, aunque provisional, se adoptó como método la investigación cualitativa. Para la obtención del material bibliográfico y documental se utilizó como estrategia metodológica la investigación bibliográfica y documental, en la cual se utilizaron las plataformas de búsqueda Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Publicaciones Periódicas de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) y Búsqueda de Google. Las búsquedas en las mencionadas plataformas se realizaron con las siguientes palabras clave: sociología y profesión; la profesión de sociólogo en Brasil; vocación profesional; elección de carrera entre los jóvenes estudiantes. De esta forma, tesis, disertaciones, artículos académicos, trabajos de conclusión de cursos y entrevistas/declaraciones de especialistas en educación – extraídas de publicaciones en diversos medios – conforman la materia prima que sustenta las conclusiones aquí presentadas. Se concluye, al final de este trabajo de revisión, que la sociología no es una de las formaciones consideradas por las nuevas generaciones al elegir profesiones en Brasil, porque no tiene prestigio social, no presenta posibilidades de ascenso económico y no ofrece condiciones dignas en el ejercicio de sus actividades laborales.

Palabras llave: Elección Profesional; Escuela secundaria; La profesión de sociólogo en Brasil; Mercado de trabajo.

## Dans les mailles de l'inconstance : la sociologie comme option de formation professionnelle au Brésil

### Résumé

Dans la société brésilienne, il existe un consensus sur le fait que le choix de certaines professions - qui nécessitent une formation universitaire - est une erreur, car la formation dans ces domaines laisserait les gens à la merci de difficultés en termes d'affectation sur le marché du travail et de rétribution pécuniaire. Ces représentations imprègnent le tissu social, et ont, pour la plupart, la sociologie et la philosophie comme exemples par excellence. L'article vise à répondre à quelques questions concernant le choix de la profession de sociologue au Brésil, cherchant à comprendre et à répondre aux questions suivantes : comment les choix concernant l'avenir professionnel sont-ils faits par les nouvelles générations ? Quelles sont les raisons qui les déterminent et/ou les conditionnent? Comment le marché du travail influence-t-il ces choix ? Comment le capitalisme et la société de consommation contribuent-ils à ces choix ? Pour répondre à ces questions, bien que provisoires, la recherche qualitative a été adoptée comme méthode. Pour obtenir le matériel bibliographique et documentaire, la stratégie méthodologique utilisée a été la recherche bibliographique et documentaire, dans laquelle les plates-formes de recherche Bibliothèque électronique scientifique en ligne (SciELO), Portail des périodiques de la Coordination pour l'amélioration du personnel de l'enseignement supérieur (CAPES) ont été utilisées. ., Bibliothèque numérique des thèses et mémoires (BDTD) et Recherche Google. Les recherches sur les plateformes précitées ont été effectuées avec les mots-clés suivants: sociologie et profession ; la profession de sociologue au Brésil ; vocation professionnelle; choix de carrière chez les jeunes étudiants. Ainsi, thèses, mémoires, articles académiques, travaux de conclusion de cours et interviews/dépositions de spécialistes de l'éducation – extraits de publications dans divers médias – constituent la matière première qui sous-tend les conclusions présentées ici. Il est conclu, à la fin de ce travail de synthèse, que la sociologie n'est pas l'une des formations envisagées par les nouvelles générations lors du choix des professions au Brésil, car elle n'a pas de prestige social, ne présente pas

de possibilités d'ascension économique et n'offre pas conditions décentes lors de l'exercice de leurs activités professionnelles.

Mots clés: choix professionnel ; Lycée; La profession de sociologue au Brésil ; Marché de l'emploi.

## **In the meshes of inconstancy: sociology as an option for professional training in Brazil**

### **Abstract**

In Brazilian society there is a consensus that the choice of some professions – which require university education – is a mistake, since training in these areas would leave people at the mercy of difficulties in terms of allocation in the labor market and pecuniary retribution. These representations permeate the social fabric, and have, for the most part, sociology and philosophy as examples par excellence. The article aims to address some questions regarding the choice of the sociologist profession in Brazil, seeking to understand and answer the following questions: how are the choices regarding the professional future made by the new generations? What are the reasons that determine and/or condition them? How does the job market influence these choices? How does capitalism and the consumer society contribute to these choices? To answer these questions, although provisional, qualitative research was adopted as a method. To obtain the bibliographic and documentary material, the methodological strategy used was the bibliographic and documentary research, in which the search platforms Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) were used. , Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Google Search. The searches on the aforementioned platforms were carried out using the following keywords: sociology and profession; the profession of sociologist in Brazil; professional vocation; career choice among young students. In this way, theses, dissertations, academic articles, course conclusion works and interviews/depositions of specialists in education – extracted from publications in various media – make up the raw material that underpins the conclusions presented here. It is concluded, at the end of this review work, that sociology is not one of the formations considered by the new generations when choosing professions in Brazil, because it does not have social prestige, does not present possibilities for economic ascension and does not offer decent conditions when of carrying out their work activities.

Keywords: Professional Choice; High school; The sociologist profession in Brazil; Job market.